

Condições da educação do interior cearense entre 1936 e 1984 a partir de memórias discentes

Conditions of education in the interior of Ceará between 1936 and 1984 based on student memories

Condiciones educativas en el interior de Ceará entre 1936 y 1984 a partir de los recuerdos de los alumnos

Francisca Genifer Andrade de Sousa¹
Universidade Estadual do Ceará, Brasil.

Lia Machado Fiuza Fialho²
Universidade Estadual do Ceará, Brasil.

Resumo

Trata-se de um estudo situado no campo da Educação, especificamente na subárea da História da Educação, uma vez que realça memórias de sujeitos envolvidos com a matéria educativa no século passado, que rememoram as suas experiências quando alunos. O objetivo foi investigar aspectos da educação do interior do Ceará a partir das narrativas de ex-alunos de duas professoras interioranas: Marieta Benício e Maria José de Sousa, que atuaram entre 1936 e 1984 em Cascavel e Pacajus, respectivamente. Ancora-se nos pressupostos da História Cultural e, para atender a esse escopo, fez-se uso da história oral como metodologia, através da qual foram realizadas entrevistas livres com ex-alunos das duas professoras interioranas anteriormente citadas. Os dados inferem que a educação no interior do Ceará era marcada pela ausência de investimento público suficiente, pela alta taxa de evasão escolar em face das baixas condições financeiras dos estudantes, que não conseguiam conciliar os estudos com o trabalho, bem como em razão das metodologias de ensino inapropriadas. Conclui-se que as desigualdades regionais assolavam o território cearense no que toca a matéria educativa, pois tanto o interior não apresentava as mesmas condições de ensino, quanto diferia, sobremaneira, da educação desenvolvida na capital, onde havia maior investimento e, inclusive, existia a oferta do Ensino Secundário, enquanto no interior, quando muito, havia escolas do Ensino Primário.

Palavras-chave: História da Educação; prática docente; ensino; desigualdade regional.

¹ Doutora em Educação. Universidade Estadual do Ceará. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8280-3250> . E-mail: geniferandrade09@gmail.com.

² Doutora em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0393-9892>. E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br .



Abstract

This study is situated within the field of Education, specifically the sub-area of History of Education, as it highlights the memories of individuals involved with education in the last century, who recall their experiences as students. The objective was to investigate aspects of education in the interior of Ceará, Brazil, based on the narratives of former students of two rural teachers: Marieta Benício and Maria José de Sousa, who worked between 1936 and 1984 in Cascavel and Pacajus, respectively. It is anchored in the assumptions of Cultural History and, to meet this scope, oral history was used as a methodology, through which free interviews were conducted with former students of the two aforementioned rural teachers. The data infer that education in the interior of Ceará was marked by the absence of sufficient public investment, a high dropout rate due to the low financial conditions of students who could not reconcile studies with work, as well as inappropriate teaching methodologies. It can be concluded that regional inequalities plagued the territory of Ceará in terms of education, since the interior did not present the same teaching conditions, and differed greatly from the education developed in the capital, where there was greater investment and even the provision of Secondary Education, while in the interior, at most, there were Primary Education schools.

Keywords: History of Education; teaching practice; education; regional inequality.

Resumen:

Se trata de un estudio situado en el campo de la Educación, concretamente en la subárea de Historia de la Educación, ya que destaca los recuerdos de personas relacionadas con la materia educativa en el siglo pasado, que rememoran sus experiencias como alumnos. El objetivo fue investigar aspectos de la educación en el interior de Ceará a partir de las narrativas de antiguos alumnos de dos profesoras del interior: Marieta Benício y Maria José de Sousa, que ejercieron entre 1936 y 1984 en Cascavel y Pacajus, respectivamente. Se basa en los supuestos de la Historia Cultural y, para cumplir con este objetivo, se utilizó la historia oral como metodología, a través de la cual se realizaron entrevistas libres con antiguos alumnos de las dos profesoras del interior mencionadas anteriormente. Los datos indican que la educación en el interior de Ceará se caracterizaba por la falta de inversión pública suficiente, por la alta tasa de abandono escolar debido a las malas condiciones económicas de los estudiantes, que no podían conciliar los estudios con el trabajo, así como por las metodologías de enseñanza inadecuadas. Se concluye que las desigualdades regionales assolaban el territorio de Ceará en lo que respecta a la educación, ya que tanto el interior no presentaba las mismas condiciones de enseñanza como difería enormemente de la educación desarrollada en la capital, donde había una mayor inversión e incluso se ofrecía enseñanza secundaria, mientras que en el interior, como mucho, había escuelas de enseñanza primaria.

Palabras clave: Historia de la Educación; práctica docente; enseñanza; desigualdad regional.

INTRODUÇÃO

A história do Ceará é campo que demanda estudos com vistas ao seu esclarecimento, haja vista que essa é uma empreitada que foi, durante longo tempo, encarada com desinteresse pelos estudiosos desse campo do saber (Vieira, 2002). Outrossim, quando a história cearense foi documentada, esta focou, prioritariamente, na capital, nas regiões circunvizinhas e/ou nos grandes centros urbanos, a exemplo

de Sobral e de Juazeiro do Norte; de tal modo que aspectos históricos do interior mais afastado das metrópoles seguem, até os tempos atuais, em considerável anonimato, até mesmo porque as fontes documentais históricas, em não poucos casos, já foram destruídas, o que torna ainda mais dificultosa a tarefa daqueles que se empenham nesse campo de pesquisa (Sousa, 2023).

Especificamente no que concerne à História da Educação do Ceará, o panorama é ainda mais deficiente, já que a educação não era foco de estudo corriqueiro por parte dos historiadores dos tempos passados, que, por sua vez, influenciados pelo paradigma positivista, se dedicavam apenas a registrar os grandes acontecimentos, eventos e núcleos familiares de alto prestígio social (Sousa, 2023). Por conseguinte, há registros sobre assuntos como as principais proles tradicionais do Ceará, sobre o desenvolvimento urbano da capital, e sobre a política cearense, mas a educação foi pouco registrada até o presente momento.

Por conseguinte, a literatura centrada na história do Ceará oferece um míngua acervo para estudo e análise da educação nos tempos de outrora. Tal fato confirmou-se ao fazer buscas, em bibliotecas virtuais e físicas do Ceará, por obras que discutam sobre a educação do Ceará no século passado, e somente quatro foram localizadas, quais sejam: 1. Estudo sobre o Ceará (1955), cujo autor, Joaquim Moreira de Sousa, fez levantamento sobre o Ensino Médio e Elementar; 2. “Sistema Educacional Cearense”, do mesmo autor, escrita em 1961 a pedido do Governo Federal, que encomendou um panorama da situação da educação do Ceará; 3. “História do ensino no Ceará” (1970), de autoria de Plácido Aderaldo Castelo, que traz um panorama da educação cearense prioritariamente a partir de dados numéricos; e a mais recente: 4. “História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos” (2002), de Sofia Lerche Vieira, que realiza um estudo histórico geral sobre a educação cearense até os três primeiros anos do século atual, mas focando no século XX e nas políticas educacionais emergentes em cada período, que é de fato o campo de estudo da autora.

Esse panorama assevera que os poucos estudos sobre a educação cearense no século XX partem de uma análise macrossocial, ou seja, consideram dados quantitativos e percentuais para tecerem as suas considerações, ou, no caso das obras de Sousa (1955; 1961) anteriormente mencionadas, o intuito foi meramente coletar dados, sem haver a intenção de problematizá-los ou contrastá-los com as

realidades cotidianas vivenciadas pelos sujeitos envolvidos com a matéria educativa. Ademais, verificou-se que as obras supramencionadas priorizaram dados e outras informações sobre a capital cearense, trazendo informações sobre instituições em exercício, materiais didáticos, quadro de matrículas, dentre outras especificidades, enquanto a educação desenvolvida nos interiores mais afastados é desconsiderada, como se não fosse digna de registro histórico.

Assim, alguns questionamentos instigaram a realização do presente estudo: Qual era a situação educativa no interior do Ceará durante o século passado?; Como eram as práticas educativas?; Em quais condições os(as) professores(as) lecionavam e os(as) alunos(as) aprendiam? O objetivo do presente estudo, portanto, foi investigar aspectos da educação do interior do Ceará a partir das narrativas de ex-alunos de duas professoras interioranas: Marieta Benício e Maria José de Sousa, que atuaram entre 1936 e 1984 em Cascavel e Pacajus, respectivamente. Tal empreitada é essencial em face da inexistência de registros em documentos históricos e acadêmicos, e ancora-se na História Cultural, vertente historiográfica que permite a escrita da história a partir dos vestígios do homem no tempo (Burke, 1992).

A relevância consiste em problematizar um viés histórico educacional ainda em situação de anonimato, incrementando a história da educação do Ceará, prioritariamente aquela desenvolvida no interior cearense no íterim da segunda metade do século passado. O recorte temporal (1936-1984), se justifica pelo fato de o presente escrito ser proveniente da pesquisa de doutorado de uma das autoras, que realçou esse íterim para biografar duas professoras cearenses. A tese é intitulada “Reminiscências sobre as condições educativas no interior cearense a partir das docências de Marieta Benício e Maria José de Sousa (1936-1984)” e foi defendida em 2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é de abordagem qualitativa, já que se debruça sobre minúcias ligadas às subjetividades e significados, portanto, não quantificáveis (Minayo, 1994). A História Cultural apoia teoricamente essa empreitada, pois a sua eclosão, com a

terceira fase da Escola francesa de Annales, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, com vistas a superação da escrita história positivista, possibilitou o (re) olhar para a forma com que a História vinha sendo registrada e documentada (Burke, 1992). Então, nas décadas finais do século XX, a História Cultural alicerçou, primeiro na França e depois em todo o mundo, uma nova concepção de História, que agora passava a abarcar particularidades não passíveis de documentação até então, como a fotografia, os objetos pessoais, a oralidade e todo e qualquer vestígio do homem no tempo (suas práticas culturais, vestimentas, formas de se comunicar e de viver no mundo, etc.).

Assim, a História foi marcada pela emergência da escrita micro-histórica (Loriga, 2011), que lança luz sobre realidades singulares sob o intuito de gerar conhecimento sobre a realidade macrossocial, haja vista que há diálogo intrínseco entre os contextos microssociais com o todo que os rodeia, de modo que os objetivos da micro-história são: “a) reduzir a escala de observação do historiador, a fim de apreciar ações humanas e significativas que passam despercebidas quando se lida com grandes quadros; b) concentrar essa escala em pessoas comuns, e não em grandes personagens, buscando ouvir sua voz”, e por fim, “c) apelar para o recurso da narrativa, ao contrário da história das grandes estruturas [...]” (Fausto, 2009, p.89).

Dessa feita, adotou-se como metodologia a História Oral (Meihy; Holanda, 2007), trilha metodológica que surgiu na década de 1950 e foi popularizada em 1990, segundo a qual a coleta de dados se processa através de narrativas gravadas e documentadas, com vistas a acessar memórias individuais e coletivas, pulverizando “[...] outros olhares sobre um conhecimento de uma época, de uma sociedade, a partir de um sujeito e sua história de vida” (Nunes, 2014, p. 13). No presente estudo, o foco são pessoas envolvidas com a tarefa educativa no interior cearense, no ínterim de 1936 e 1984 e, seguindo tais pressupostos, as fontes orais foram contactadas e, após aceite em colaborar com o estudo, foram realizadas entrevistas livres em História Oral com 06 colaboradores: Maria Cecília, João Wilson de Sousa, Sidália Oliveira, Maria Guerreiro, Fernando Guerreiro e Maria Gonçalves. Os dois primeiros são ex-alunos de uma professora da cidade de Horizonte-CE (a professora Maria José de Sousa), e os demais, de uma professora de Capunginha, localidade de Pindoretama-CE (professora Marieta Benício).

As mencionadas fontes orais foram selecionadas por deterem de lembranças sobre o processo de escolarização no interior do Ceará do século XX, e todos foram entrevistados entre março e agosto de 2020, em suas residências, localizadas, ou em Pindoretama, ou em Horizonte, duas cidades que hoje integram a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), mas que, no período do recorte temporal do presente estudo, eram consideradas interior do Estado. As entrevistas foram gravadas com gravador de voz digital, e tiveram duração média de 40 minutos, e em seguida foram transcritas, textualizadas e validadas pelos colaboradores, transformando-se em fontes documentais do estudo.

Quanto aos aspectos éticos, os colaboradores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no ato de realização das entrevistas, e, consoante às normas brasileiras que regem as pesquisas que envolvem seres humanos, o estudo possui autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará e do Conselho Nacional (Parecer n. 2.5885.705/2018).

RESULTADOS OU ANÁLISES E DISCUSSÕES

Mais do que a escolarização de um povo que vivia às margens do saber formal, a construção de escolas rurais se fazia importante por se tratar de um feito patriótico que também auxiliaria a difundir o sentimento de pertencimento a uma nação; e, assim, o auxílio do Governo Federal, cuja origem dos recursos investidos nos prédios escolares vinha do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968, foi aspecto essencial da política educacional cearense efetivada nesse período. Apesar de a Mensagem Provincial de 1949 realçar o considerável quantitativo de escolas rurais construídas no Ceará, sendo estas localizadas em pontos estratégicos que facilitassem o maior acesso da população, tal assertiva não se sustenta ao analisarmos que Maria José, que exercia o magistério no Centro de Horizonte, em sua própria residência. Tal modo, a pesquisa em tela desmistifica o teor de “verdade absoluta” veiculado pelas mensagens divulgadas pelos chefes de estado, sinalizando que o conhecimento sobre as realidades microssociais são imprescindíveis à história da educação (Sousa, 2023).

Nessa perspectiva, a reconstituição e interpretação de distintas representações e memórias sobre o passado mediante o testemunho oral possibilita conhecer múltiplas versões sobre o passado e suas transformações ao longo do tempo, de forma que a História é relato do passado, que, com os seus conhecimentos “[...] se convierte en un elemento de tensión y sistematización de la experiencia docente [...], logrando tensionar los ángulos de la memoria y la historia oficial [...]”³ (Bueno, 2018, p. 101). Nesse caso, tencionamos uma compreensão nacional de que escolas estavam sendo construídas em todos os locais, com a realidade enfrentada no Ceará.

Os prédios financiados pelo Governo Federal eram construídos com base nas orientações do Ministério da Educação, que instituiu uma planta para todas as regiões, diferindo somente quanto ao uso dos materiais. De acordo com a Mensagem governamental de 1949, as plantas compreendiam “sala de aula, pátio central de recreio e casa de residência para a professora, formando um toldo com alpendres laterais” (Ceará, 1949, p.177). Sousa (1955, p. 176), ao se referir à situação da educação cearense desenvolvida na zona rural durante esse período, teceu as seguintes críticas aos prédios públicos construídos com recursos federais: “os prédios das escolas primárias rurais, feitos com ajuda financeira da União, estão, em grande parte, desocupados ou mal ocupados. Não houve assistência, nem fiscalização [...]”.

Mesmo com a fundação de alguns estabelecimentos educativos, e com a contratação de professores, muitos estudantes, quando ingressavam na escola, não conseguiam ali permanecer até o final da escolarização. Sobre esse assunto, Fernando Guerreiro, ex-aluno de Marieta, contou que desistiu de estudar porque precisava trabalhar e faltava a muitas aulas, o que dificultava a aprendizagem: “Tinha uns 10 alunos, eram poucos. Estudar era difícil. Muita gente começava indo, mas depois não ia mais, tinha que fazer as coisas para ajudar em casa. Eu não fui mais por causa disso” (Fernando Guerreiro, 16/07/ 2020). Da mesma forma, Maria Cecília (07/08/2021) contou: “Parei de estudar para trabalhar [...]. Eu trabalhava em casa, bordando na máquina. Meu pai comprou uma máquina para mim, e eu fui trabalhar para ganhar o meu sustento e pagar a máquina”, e Francisca Lima

³ “[...] torna-se elemento de tensão e sistematização da experiência docente [...], conseguindo sublinhar os ângulos da memória e da história oficial [...]” (BUENO, 2018, p. 101, traduziu-se).

(07/08/2021), por sua vez, cursou até o 5º ano, quando casou e parou de frequentar à escola: “Estudei com ela até o 5º ano, aí eu não quis mais estudar, porque inventei de arrumar um namorado [...]. Com 15 anos eu já estava mocinha e comecei a namorar. Aí a gente começou a namorar e casei. Casei com 16 anos, era comum. Aí parei de estudar, não dava para conciliar”.

Nesse sentido, a infrequência escolar, estritamente relacionada à baixa condição econômica da população interiorana, em sua maioria pouco abastada, afetava o rendimento dos estudantes, que eram designados a trabalhar na agricultura em virtude da necessidade e da pobreza dos pais. Sobre essa problemática, tal como a realidade vivida por Fernando Guerreiro, a Mensagem Estadual de 1953 asseverou que “aqui é o menino subalimentado, estudando mal, saindo da escola antes da hora regulamentar para cuidar do gado, abandonando-a antes do término no ano letivo, ou chegando muito após o seu início porque teve de ajudar os pais nos árduos trabalhos da lavoura” (Ceará, 1953, p.123).

Na tentativa de amenizar os prejuízos ocasionados à aprendizagem escolar ante à entrada precoce dos alunos no mercado de trabalho, a docente Maria José buscava lecionar um ano letivo em um semestre, abrindo mão, inclusive, dos finais de semana, porque sabia que em alguns meses os alunos deixariam de frequentar à escola, conforme relato de um de seus ex-alunos:

Quando terminava o mês de junho, os meninos iam trabalhar com tijolo, aí não estudavam, trabalhavam o dia todinho. Só estudava no inverno. E tinha os que trabalhavam no inverno e estudavam no verão. Tinha duas turmas: a turma do primeiro semestre e a turma do segundo semestre, e para concluir alguma coisa, a mãezinha ensinava dia de sábado, dia de domingo, feriado. Ela largava o que fazer e ia ensinar aos meninos, para compensar o tempo que eles não podiam ir para a escola. A carência era grande (Luís Roberto, 07/08/2021).

Em face da mensagem estadual de 1953, anteriormente apresentada, e da realidade descrita por Luís Roberto, assevera-se que as condições de vida dos estudantes corroboravam, sobremaneira, o insucesso escolar, que atingia a população mais empobrecida. Além da evasão no ensino primário, a transição deste para o secundário era ainda mais decisiva nas trajetórias dos estudantes interioranos, pois se o acesso às séries iniciais era dificultoso, entrar no secundário era ainda mais, principalmente devido à ausência de escolas próximas às

residências dos alunos (Vieira, 2002). No caso da professora Maria José, por exemplo, uma de suas ex-alunas explicou que “tinha gente que repetia o 4º ano porque queria ficar com ela, não tinha condições de ir estudar em Pacajus e nem em Fortaleza” (Maria do Socorro, 07/08/2021).

Somado aos empecilhos decorrentes da baixa condição econômica familiar, a tarefa educativa no interior cearense era afetada pela baixa escolarização dos pais, já que a maior parte da população analfabeta residia na zona rural (Castelo, 1970). Dessa forma, o trabalho desenvolvido na escola não era continuado em casa, pois a família não conseguia dar suporte às aprendizagens dos filhos que, em sua maioria analfabeta, sentiam ainda mais dificuldades, porque “desse modo, (queixa-se a professora), não podiam estudar em casa, pois não havia quem lhes ensinasse a lição (Sousa, 1955, p.179).

A docente Marieta Benício atuou durante o dia na educação primária e, concomitantemente, à noite, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), como pontuaram alguns dos seus ex-alunos: “[...] ela ainda era professora do Mobral, então era uma professora diferente. Mobral era uma escola que veio para cá um tempo. Dava conta de tudo, era danada, a Marieta!” (Raimundo Benício, 07/08/2020); “Ela trabalhava muito na educação, vivia para isso. Era de dia e de noite, porque além dos pequenos de dia, tinham os adultos à noite. Era Mobral, que a gente chamava, era esse o nome da escola” (Fernando Guerreiro, 16/07/2020).

Nessa época, o analfabetismo em massa era o retrato não somente do Ceará, mas de todo o país e, por isso, a Eja, por intermédio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), foi uma das prioridades do Governo Federal, que centrou foco no ensino supletivo e mobilizou Estados e municípios, que angariavam os recursos necessários, incluindo a mão de obra, para a concretização desse projeto de alfabetização nacional. Foi instituído pela Lei nº 5.379, em dezembro de 1967, no Governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), quando o Brasil vivia sob o comando da Ditadura Militar (1964-1985). Vinculado ao Ministério da Educação (MEC), objetivou substituir os espaços de alfabetização popular geridos por movimentos sociais que militavam contra o Governo instaurado em 1964 (Saviani, 2011). Em âmbito estadual, foi implantado em 1983, quando o então Governador do Ceará, Gonzaga Mota (1983-1987), firmou convênio com a União e articulou um

projeto piloto do Mobral visando atender ao público jovem e adulto que residia, principalmente, na zona rural.

Nesse contexto, Marieta foi uma das professoras primárias incumbidas por alfabetizar a população do interior cearense, nesse caso, aquela que residia em Caponguinha, onde o analfabetismo era expressivo, já que naquele lugar “[...] pouca gente sabia ler, escrever. A maioria era analfabeta mesmo. Não tinha escola, então era muito difícil” (Sidália Oliveira, 16/07/2020). Ainda que Marieta Benício atuasse na docência desde 1941, como lecionava durante o dia, nem todos conseguiam frequentar às aulas, por isso, com o Mobral, esse grupo passou a contar com oportunidade de estudar.

O público do Mobral era diverso: “[...] Era uma escola para ensinar adulto, mas tinha uns mais novos também, porque escola era difícil àquela época. Então, ia quem não tinha estudado mesmo. Gente analfabeta. Muitas idades diferentes. A Marieta ensinava bem. Ela alfabetizava esse povo todo” (Maria Guerreiro, 16/07/2020). A faixa etária era variada porque não haviam apenas jovens e adultos às margens da escola, então, o Mobral, que iniciou com o escopo de alfabetizar a população com idades superiores a 15 anos, a partir de 1974, também passou a abarcar aqueles entre 9 e 14 anos (Veras, 1990). As aulas aconteciam na casa da professora, fator que, nesse caso específico, era positivo, considerando que a residência de Marieta era a única da região a possuir energia elétrica, o que facilitava o desenrolar da aprendizagem, de acordo com Maria Gonçalves (07/08/2020):

Nesse tempo, nem energia tinha. Era lamparina. Mas na casa dela já tinha porque a primeira energia que veio para cá foi uma rede de energia que veio do Pratiús⁴, que o Dr. Valim trouxe essa rede para abastecer as casas de engenho. Aí, lá tinha casa de engenho e puxaram a energia para a casa, e era bom porque dava para estudar à noite sem precisar de lamparina. Com certeza, era muito melhor por causa da energia, que só tinha lá.

Apesar desse aspecto favorável, e de o Mobral se constituir em uma oportunidade valiosa para aquele público do interior cearense, nem todos que procuraram esse modelo formativo foram alfabetizados; alguns porque não

⁴ Um dos distritos mais urbanizados de Pindoretama e porta de acesso às praias do Balbino, Batoque, Barra da Caponga e Águas Belas.

conseguiram apreender os conteúdos, a exemplo de Fernando Guerreiro (16/07/2020), que lamentou: “[...] Eu ia para a escola, faltava uns dias, mas ia e tentava aprender. A Marieta pelejava muito comigo, mas eu não consegui aprender nada, nunca consegui aprender a ler, nem nada [suspiro triste]”. Outros, ainda, não conseguiram aprender a ler e escrever porque desistiram de estudar, conforme situação evocada por Maria Gonçalves, referindo-se ao irmão do seu esposo, que também descontinuou as aulas após pouco tempo de frequência:

O Neuci, irmão do Raimundo, também começou estudar nesse Mobral. Não sei se passou um mês... Só sei que ele disse que não aprendia, não. Ela [Marieta Benício] ensinava à noite, na casa dela, e os meninos gostavam muito, mas teve um dia que o Neuci passou por aqui e disse que não ia mais não, porque não aprendia mais. Dizia assim: **“Fico é com a minha cabeça grossinha com aquelas coisas”**. E não aprendeu mesmo não. Saiu foi cedo. Tinha uns que não aprendiam mesmo não (Maria Gonçalves, 07/08/2020, grifo da autora).

O trecho em destaque evidencia o quão angustiante e perturbador era o processo de alfabetização para Neuci, fator que o levou a desistir de frequentar às aulas, já que não vinha conseguindo avançar. Seguindo esse ritmo, Raimundo Benício (07/08/2020) contou que a turma, inicialmente composta por 25 alunos, foi diminuindo a cada dia, até que Marieta decidiu interromper às aulas e findar o processo de alfabetização noturno em Caponguinha:

Era 25 alunos. Começamos com 25, e foi diminuindo, diminuindo, diminuindo e ficaram só 5, porque achavam que era difícil e eram desinteressados também, que não aprendiam nada, e desistiam mesmo. E aí chegou um tempo que a Marieta me disse: “Raimundo, vamos ter que acabar com essa escola, não tem mais ninguém vindo, todo mundo saiu”. E eu disse: “Não, vamos sair amanhã por essas casas, para ver se a gente acha alguém, ver se esses meninos vêm”. Aí, a gente virou e mexeu e ainda vieram três. Pouco tempo depois ninguém veio mais. Aí pronto, acabou (Raimundo Benício, 07/08/2020).

De acordo com Aranha (1996), a desistência era uma problemática recorrentemente enfrentada pelos estudantes do Mobral como resultado da própria organização do programa, que determinava o ensino de conteúdos dissociados da realidade dos alunos, o que acarretava no afastamento do público atendido. As aulas eram desenvolvidas com uso de um rádio, que ao vivo transmitia os conteúdos à

professora Marieta, que então os repassava para os alunos. Por isso, entende-se que ela também atuava como monitora, segundo relato de Maria Guerreiro (16/07/2020): “o Mobral era no rádio; tinha o professor explicando no rádio, e a Marieta, que era a monitora, ficava monitorando. Ela pegava ali tudim e ensinava para os alunos. Ela entendia bem direitinho e passava para eles.” A respeito dessa sistemática, Raimundo Benício (07/08/2020) rememorou que “ela [Marieta] ia escutando no rádio e ia passando para os alunos. Escrevia no caderno, na lousa e tudo. Era escola mesmo. Era a mesma coisa da escola comum. A diferença era que ela escutava de lá para passar para os alunos”.

Esse formato de organização do trabalho pedagógico era um empecilho ao exercício docente, porque além de os professores não ter conhecimento prévio sobre o conteúdo a ser lecionado, não sendo possível haver planejamento antes das aulas, teriam de cumprir com o que determinavam os gestores do Mobral no que concerne à duração das aulas, aos assuntos abordados, e ao tempo estabelecido para a aprendizagem, desconsiderando as especificidades dos estudantes, e tornando o professor mero transmissor de conhecimentos (Freire, 2017). Essas características são consonantes com o ideal educativo do Mobral, veículo do Governo que buscava controlar o ensino com vistas a suprimir a formação crítica, que vinha sendo ensaiada por alguns ativistas opositores à Ditadura Militar (Saviani, 2011).

Mesmo diante das dificuldades, um dos destaques desse período foi a expansão da matrícula escolar no ensino Primário, que passou, conforme Vieira (2002), de 7.428.002 em 1960, para 12.812.029 em 1970, indo de 88,4% para 91,0% de oferta de matrículas públicas. No entanto, há que se considerar, ainda, que nesse cenário de expansão, referente principalmente às décadas de 50 e 60, houve regressão nos investimentos para o Ensino Primário, existindo momentos em que esse percentual de expansão não acompanhava o ritmo de crescimento populacional (Vieira, 2002). No que tange ao Ensino Secundário, “em 1955 foram criados 37 estabelecimentos novos; em 1956, 7; em 1957, 5; em 1958, 12, estando previstos mais 9 para 1959” (Sousa, 1961, p. 230). Por conseguinte, a oferta também foi ampliada: se em 1955 representava 32,86% da oferta, em 1960 esse percentual aumentou para 33, 83%, para 35,52% em 1964 e chegou aos 42,61% em 1970.

Ainda que houvesse expansão na oferta do ensino Primário e Secundário, perdurava alto o quantitativo daqueles que, ou se matriculavam, mas não conseguiam permanecer frequentando à escola até concluir a escolarização básica, ou sequer eram por ela abarcados, considerando que, à época, apenas 10% das crianças cearenses estudavam até a 5ª série, “ou porque lhes faltam meios para continuarem os estudos, ou porque os pais os consideram aptos para a vida – o fato é, em geral, as turmas de 5ª série são mínimas e constituem-se daqueles alunos que pretendem seguir o Curso Ginásial (Sousa, 1961, p. 122). Dessa feita, os alunos que frequentavam e concluíam o Ensino Primário com Marieta eram instigados a estudar o Ensino Secundário em Fortaleza, cidade mais próxima a ofertar esse nível de ensino, pois dos 140 municípios cearenses, somente 38, o que equivale a menos de 1/3, possuía estabelecimento de ensino Secundário⁵.

Nessa empreitada, a professora Marieta providenciava vagas para matricular esses alunos, que ficavam na casa de familiares da educadora: “Muita gente, quando terminava aqui, que aqui só tinha o Ensino Primário, ela levava para estudar em outro lugar. Tem o José Erisvaldo de Oliveira, que foi um dos alunos que ela levou para terminar os estudos pelo Liceu do Ceará” (Sidália Oliveira, 16/07/2020). A referida instituição de ensino secundário, embora custeada pelo estado, tratava-se de um estabelecimento elitizado, acessível a poucos cearenses, principalmente aqueles que residiam na capital (Castelo, 1970).

Além de a professora anteriormente citada ter sido crucial para que alguns alunos seguissem os estudos em Fortaleza, instigava às alunas a seguirem a carreira do magistério, que era uma formação socialmente aceita para as mulheres naquele período (Araújo, 2015). Marieta tanto incentivava algumas discentes a estudarem o curso Normal, quanto buscava mediar a entrada dessas na máquina pública, a exemplo de Sidália Oliveira (16/07/2020), que mesmo não tendo sido sua aluna, conseguiu se tornar professora por meio dela: “[...] quando eu cheguei aqui, aos 17 anos, no final de 80, ela foi quem me arrumou o primeiro emprego em uma turma de terceira série”. Esse feito era viável porque, ao final da década de 70 e

⁵ As cidades que ofertavam Ensino Secundário até a década de 60 eram: Fortaleza, Acaraú, Acopiara, Aracati, Barbalha, Brejo Santo, Baturité, Crateús, Crato, Canindé, Camocim, Cedro, Coreaú, Granja, Guaramiranga, Iguatu, Icó, Itapipoca, Ipu, Itapagé, Jaguaribe Juazeiro no Norte, Limoeiro do Norte, Maranguape, Massapé, Mombaça, Novas Russas, Pacoti, Quixadá, Quixeramobim, Russas, Senador Pompeu, São benedito, Sobral, Santana do Acaraú, Tauá, Tianguá e Viçosa do Ceará (Sousa, 1961).

início de 80, no Governo de Virgílio Távora (1979-1983), os cargos no magistério aumentaram consideravelmente, “passando o contingente de professores de 14.782, para 26.604, o que representa um aumento de 79,97% no quadro de pessoal” (Vieira, 2002, p.289), sendo que não havia seleção ou concurso, mas indicação, o que possibilitava à Marieta escolher outras pessoas para lecionarem no grupo escolar onde atuava.

De modo semelhante, a docente Maria José de Sousa também instigava os alunos a progredir nos estudos, como foi o caso de Sandorval, que primeiro foi convidado a prestar serviço nos negócios da família para auxiliar no sustento de sua prole e, tendo agido de má fé, precisou ser afastado, mas a mestra não desistiu do aluno e o levou para estudar na escola de Agronomia de Pacatuba⁶, conforme narrativa de Luís Roberto (07/08/2021):

Tem um rapaz, o Sandoval Pereira da Costa. Quando meu pai botou o posto, em 62, a família dele muito pobre, a coisa tão difícil [...]. Aí a mãezinha viu que o rapaz era esforçado e cobrou dele estudar e ele desenvolveu, e o pessoal passando fome. Ela disse ao paizinho: Horácio, arruma um emprego para esse menino aqui no posto. Ele não queria, mas a mãezinha botou. Ele fez umas malinações: escrevia tão bem, que ele começou a falsificar os vales, imitar as letras do pessoal. Aí foi descoberto. O paizinho se aborreceu, mas a mãezinha disse assim: “Eu não vou abandonar o Sandoval!” Aí, disse ela um dia: “Horácio, arrume aí um motorista e o jipe, que eu vou fazer uma visita à escola de Agronomia na Pacatuba”. Paizinho deu o motorista e o jipe; a mãezinha botou um bocado de compra, mercadoria dentro de um saco, falou com o pai e a mãe [de Sandorval], pegou as roupas dele, fez umas roupas para ele, e foi deixar para estudar Agronomia na Pacatuba. [...]. Esse menino fez o segundo grau, passou no concurso do INSS, passou no vestibular para Economia.

Maria Cecília (07/08/2021), irmã de Sandorval, confirmou: “Ela foi quem fez toda a costura de roupa do Sandoval quando ele foi para a Pacatuba. A dona Zezinha foi quem fez pijama, calça, essas roupas que tinha que mandar para fazer o enxoval dele lá, tudo foi ela quem fez, porque meus pais mesmo não tinham condições”. Outra ex-aluna, que se tornou profissional do sexo, mesmo não tendo seguido os conselhos de Maria José para continuar a estudar, reconheceu para Luís Roberto que a professora a deu muitas oportunidades, como narrou o filho e ex-

⁶ À época interior cearense, Pacatuba é um município cearense que atualmente integra a RMF. Situa-se a 238,5km de Fortaleza, e trata-se de um lugarejo marcado por belezas como piscinas naturais, trilhas e cachoeiras.

aluno: “Há uns oito anos, eu estava na bodega ali, aí chegou uma prostituta. Ela chegou muito envergonhada, disse: “tanta oportunidade que a sua mãe me deu e eu não peguei. Dona Zezinha gostava de passar carão, mas hoje eu reconheço. A todo mundo ela orientava para o futuro [...]”. (Luís Roberto, 07/08/2021).

Para Rodrigues (2020, p.8), Maria José investia nos alunos, e insistia para que estudassem porque assim eles poderiam contar com melhores perspectivas de vida, por entender que a “educação era necessária a qualquer possibilidade de mudança na vida das pessoas”, haja vista que a sua luta “ainda naquela época, em democratizar a educação tinha fundamento em sua forte crença de que o analfabetismo se constituía na maior injustiça social”. Esse entendimento tem as suas bases nos ideais de Paulo Freire, que influenciado por Karl Marx, defendia, dentre outras pautas, que todos os indivíduos têm direito ao acesso às letras, e não somente a classe mais abastada (Freire, 2017). Ainda que Maria José defendesse a democratização da educação, e enxergasse que esse era o caminho para a mudança de vida da população empobrecida, ela não era adepta dos métodos freirianos, e também não visava desenvolver o pensamento crítico dos seus pares e alunos.

Ao contrário, ela via na caridade uma forma de “fazer justiça. Dividia com os mais necessitados, alimentos, roupas e dinheiro” (Rodrigues, 2020, p.8), atuando pontualmente em necessidades imediatas, mas não visando resolver os problemas, pois não havia a compreensão de que a desigualdade é fruto de uma estrutura social injusta. Tal posicionamento é consoante ao que preceituava a igreja católica, um dos ambientes formativos de Maria José, que disseminava uma vertente cristã conservadora e pregava a aproximação com Deus através da caridade sem que houvesse a preocupação em transformar o contexto social (Valle, 2004).

Ainda que não detivesse do mesmo poder de decisão que galgava Marieta, Maria José influenciou, ainda, algumas de suas alunas a seguir a carreira docente, o que se tornava motivo de grande alegria para ela, como relatou João Wilson de Sousa (18/03/2020): “muito interessante, era que ex-alunas dela, sobrinhas, filhas da Carminha, da Otília, e outras, que tinham sido ex-alunas dela, quando se formavam, iam ser professoras também. Isso para ela era muito gratificante; ela ficava muito feliz com isso”.

No caso de Maria José, o incentivo para que as alunas seguissem a carreira no magistério perdurava mesmo depois que elas se formavam, de forma que, quando ela precisava se ausentar da sala de aula, indicava ao Estado quem deveria assumir o seu lugar: “Tinha a Ivonilde [...], tinha a Maria Lêda Nogueira, a Terezinha de Jesus, a Ismênia [...], a Diana, filha da Diva, a Margarida. Quando os filhos dela nasciam, ou acontecia alguma coisa, essas pessoas vinham substituí-la. Ela indicava para a Secretaria de Educação do Estado [...]. Essas mulheres substituíram Maria José quando ela necessitava de licença, mas quando havia algum imprevisto, solicitava a um aluno, considerado mais avançado, para ficar em seu lugar, o qual nem sempre ministrava os conteúdos de forma correta: “O nome dele era Luís, e a mãezinha dizia que ele se destacava [...]. A mãezinha dizia assim: Luís, hoje eu não vou poder dar aula não, vai lá ajudar a dar a aula. E quando ele ia de bom humor, ensinava tudo direitinho, no outro que ele não queria ensinar, ensinava tudo errado” (Luís Roberto, 07/08/2021).

Além de apontar “[...] alunos mais adiantados para ensinar aos demais” (Luís Roberto, 07/08/2021), o que podia acontecer quando Maria José faltava ou não, ela também empregava alunos nos afazeres de sua casa, como disse Francisca Lima (07/08/2021): “Ela botava a gente para varrer os terreiros, fazer as coisas para ela, na casa dela. Era um bocado de menino, e quando a gente estava desocupado sem fazer o dever, ela botava a gente para limpar lá as coisas dela”. De modo semelhante, Raimundo Benício (07/08/2020) disse que Marieta Benício costumava escolher um dos alunos mais adiantados da turma para ministrar às aulas em seu lugar, tendo ele mesmo a substituído por diversas vezes, durante semanas, período consideravelmente longo, enquanto ela visitava familiares na capital:

Na semana, sempre ela ia de viagem, às vezes duas ou três vezes na semana, para a casa do povo dela em Fortaleza. No dia que ela saía, eu ensinava aos meninos. Como professora mesmo sabida, ela ainda dava uma explicação para os alunos. Já eu, não tinha esse entendimento, e não podia tirar nenhuma dúvida [...]. (Raimundo Benício, 07/08/2020).

Raimundo Benício, que não contava com nenhum preparo para a docência, assumia a missão com receio: “Quando ela chegava e dizia “Raimundo, vou ter que sair e você vai ficar no meu lugar!”, eu ficava meio com medo, perguntava: “Você vai passar esse abacaxi para mim mesmo?”. Apesar disso, buscava se inspirar nas

práticas da professora para buscar garantir a aprendizagem dos colegas: “[...] Eu tentava ensinar como ela. Do jeito que ela ensinava, eu tentava imitar para passar para eles [os alunos] quando ela não estava aqui” (Raimundo Benício, 07/08/2020). Essa conduta, praticada tanto por Marieta como por Maria José, não estava em conformidade com a legislação vigente à época, uma vez que, desde o Regulamento da instrução pública de 1922, ficou determinado que seria vetado aos professores o emprego dos alunos em seu serviço particular. Mas, como a fiscalização era realizada por homens nem sempre conhecedores da matéria educativa, alheios aos problemas desse setor, que por isso mesmo, não orientavam e nem fiscalizavam os docentes, muitos eram os professores que desempenhavam o papel educativo segundo a sua própria vontade (Sousa, 1961).

Dessa feita, ressalta-se mais uma característica da educação do interior do Ceará no período de estudo, 1936 a 1984, que é o tempo de atuação das professoras aqui enfatizadas: uma versão prática da educação que se distanciava daquela apresentada pelos documentos oficiais de ensino, especialmente as leis e decretos, de tal maneira que a educação interiorana assumia características próprias, que somente um estudo micro histórico é capaz de descortinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar aspectos da educação do interior do Ceará a partir das narrativas de ex-alunos de duas professoras interioranas: Marieta Benício e Maria José de Sousa, que atuaram entre 1936 e 1984 em Cascavel e Pacajus, respectivamente. Para atender a tal escopo foi desenvolvido estudo qualitativo alicerçado nos pressupostos da História Cultural e, metodologicamente, adotou-se a história oral, através da qual foram entrevistados ex-alunos das duas professoras atuantes no interior do Ceará, no século passado.

Os resultados inferem que o interior do estado, no decurso ora realçado, ainda que contasse com o auxílio da União para levar a escola para todos os lugarejos, enfrentava dificuldades no seu compromisso de universalizar a educação formal, de tal maneira que era alto o índice de analfabetos que residiam nos locais mais afastados da capital. Além do descompromisso governamental, a pesquisa avultou que o maior empecilho para o não acesso à escola era decorrente da

evasão, pois muitos alunos até iniciavam os estudos, mas não o concluíam porque a condição financeira de suas famílias preconizava pelo trabalho de todos os membros para garantir o sustento.

Assim, crianças, jovens e adultos deixavam de ir à escola porque precisavam trabalhar e, mesmo quando havia a oferta da escolarização de jovens e adultos no turno da noite, a frequência não se sustentava, fosse porque conciliar trabalho e estudos era cansativo, fosse porque os métodos utilizados pelas professoras não se adequavam ao público adulto, que se desestimulava até deixar de frequentar as aulas antes mesmo de aprender a ler e a escrever, que muitas vezes era o único objetivo almejado.

Dessa forma, apurou-se, ainda, que estudar no interior até concluir o Ensino Primário era uma tarefa bastante difícil para os alunos oriundos de famílias menos abastadas. Porém, ao mesmo tempo em que se vivenciava essa realidade, também existia o estímulo e a mediação das professoras para que alguns alunos seguissem a escolarização em nível Secundário na capital, no Liceu do Ceará ou na Escola Normal, ambos colégios públicos elitizados inacessíveis para a maior parte da população cearense.

Conclui-se que a educação desenvolvida no interior do Ceará, entre 1936 e 1984, tratava-se de uma escolarização deficiente, marcada pela precarização ou pela completa ausência de estabelecimentos educacionais em razão da falta de investimento público e, principalmente, pela evasão escolar, o que se desdobrava no alto índice de analfabetos no contexto interiorano. Os dados aqui discutidos revelam uma versão histórica da educação do Ceará dentre tantas outras que seguem ocultas; por isso, sugere-se a realização de outros estudos dessa natureza que possibilitem revelar minúcias da educação considerando os seus sujeitos e os seus olhares micro-históricos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L de A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BENÍCIO, R. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Raimundo Bento**. Pindoretama, 7 ago. 2020. Duração: 37min.

BUENO, F. C. Metodología de la historia oral y las memorias en el ámbito educativo. *In*: BUENO, F. (org.). *Historia oral y memorias um aporte al estado de la discusión*. Colombia: Editorial Universidad del Rosario, 2018, p. 71- 108.

BURKE, P. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

CASTELO, P. A. **História do ensino no Ceará**. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

CEARÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1953 pelo Governador Raul Barbosa**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1953.

CEARÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1953 pelo Governador Faustino Albuquerque**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1949.

FAUSTO, B. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo de 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GIRÃO, R. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962.

GONÇALVES, M. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Maria Gonçalves**. Pindoretama, 7 ago. 2020. Duração: 1h45min.

GUERREIRO, F. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Fernando Guerreiro**. Pindoretama, 16 jul. 2020. Duração: 22min.

GUERREIRO, M. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Maria Guerreiro**. Pindoretama, 16 jul. 2020. Duração: 43min.

LIMA, F. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Francisca de Lima**. Horizonte, 7 ago. 2021. Duração: 22min.

LORIGA, S. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NUNES, L. Prefácio. *In*: FIALHO, L. M, F.; MACHADO, C. J. S.; ALMEIDA, G. M. A.; SANTANA, J. R. (org.). **Ensaio de memórias e oralidades**. Fortaleza: Edições UFC, 2014, p. 11-17.

OLIVEIRA, S. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Sidália Oliveira**. Pindoretama, 16 jul. 2020. Duração: 1h40min.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SOUSA, F. G A de. **Reminiscências sobre as condições educativas no interior cearense a partir das docências de Marieta Benício e Maria José de Sousa (1936-1984)**. 2023. 193f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

SOUSA, L. R. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Luís Roberto de Sousa**. Horizonte, 7 ago. 2021. Duração: 2h:34min.

SOUSA, M. S. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por Maria do Socorro de Sousa**. Horizonte, 7 ago. 2021. Duração: 1h6min.

SOUSA, J. M. **Sistema Educacional Cearense**. Recife: MEC/INEP, 1961.
SOUSA, J. M. **Estudo sobre o Ceará**. Fortaleza: Companhia de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar, 1955.

SOUSA, J. W. **Entrevista concedida a Francisca Genifer Andrade de Sousa por João Wilson de Sousa**. 18 mar. 2020. Duração: 1h35min.

VALLE, E. A renovação carismática católica: algumas observações. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.52, p.97-107, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/ao8v1852.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

VIEIRA, S. L. **História da Educação no Ceará**: sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.